

RESOLUÇÃO GPGJ nº 1.730

DE 27 DE MARÇO DE 2012

Dispõe sobre a composição da Comissão de Pregão.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o teor do art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do art. 7º, § 3º, do Decreto Estadual nº 31.863, de 18 de setembro de 2002, que dispõem sobre a modalidade de licitação denominada de pregão e estabelecem a necessidade de constituição da respectiva comissão; e

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Proc. MPRJ nº 2012.00291318,

RESOLVE

Art. 1º — Os procedimentos para a realização de licitação, na modalidade de pregão, serão promovidos por comissão cuja composição é a seguinte:

I — Pregoeiros: Bernardo Guimarães Loyola, Assessor, matrícula nº 8003312; Rafael Pacheco da Silva Costa, Técnico do Ministério Público, matrícula nº 3.104 e Pablo Ricardo Cordeiro da Silva, Analista do Ministério Público, matrícula nº 3.334, que se substituirão reciprocamente, durante as férias, licenças, faltas e impedimentos e integrarão a Equipe de Apoio quando não estiverem atuando como Pregoeiro Titular, na medida de sua disponibilidade.

II — Equipe de Apoio: Haroldo Lopes Pereira Filho, Analista do Ministério Público, matrícula nº 3.290; Vinicius Marques Sampaio, Assessor, matrícula nº 3.492; Adriana Matheus Lopes Mello, Técnico do Ministério Público, matrícula nº 3.837; Eduardo dos Santos Guimarães, Assessor, matrícula nº 3.530; Carla Costa d'Avila, Analista do Ministério Público, matrícula nº 3.428; João Paulo Moraes Correia, Assessor, matrícula nº 4.916; Vera Lúcia Gaioski, Técnico do Ministério Público, matrícula nº 3.209; Helena Correia Borges, Técnico do Ministério Público, matrícula nº 4.795; e Matheus Alves de Menezes, Auxiliar, matrícula nº 5.679, que se substituirão reciprocamente, durante as férias, licenças, faltas e impedimentos.

Art. 2º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e terá validade por um ano, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução GPGJ nº 1.661, de 9 de junho de 2011.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2012

Cláudio Soares Lopes
Procurador-Geral de Justiça